

A CAPITANIA DA BAHIA NOS MEADOS DO SÉCULO XVIII

A propósito da publicação recente de uma obra de grande valor documental (1)

Não há necessidade de se afirmar aqui, em linhas muito extensas, o papel que representa o documento, para a interpretação da História. É ele a testemunha que orienta o historiador, quer na história cronológica, quer na interpretativa. Sem ele, não seria possível reconstituir o passado, meditar sobre os fatos sucedidos, estabelecer relações entre antecedentes e conseqüências, tirar conclusões, etc. Ao documento, essa herança legada pelos homens do passado, aos homens do presente e do futuro, devemos toda a reconstituição da História, em geral.

A "Notícia Geral de toda esta Capitania da Bahia, desde o seu descobrimento, até o presente ano de 1759" é uma obra baseada nos primeiros documentos da história brasileira e uma apresentação de grande número de documentos coligidos e oferecidos à luz, no ano de 1759, por José Antônio Caldas; documentos sobre a história da Capitania bahiana, até o ano de 1750, plena época do reinado de D. José I, em Portugal.

José Antônio Caldas, bahiano de nascimento, foi um dos grandes vultos da engenharia colonial; foi, além de engenheiro militar, arquiteto e professor, exerceu cargos de importância em comissões técnicas e civis e destacou-se no setor político e literário da época. Ao ser inaugurada a Academia Brasileira dos Renascidos (6-6-1759), Caldas figurou entre os seus membros, escrevendo esta memória intitulada "Notícia Geral de toda esta Capitania da Bahia etc.", manuscrito de grande valor, adquirido pelo médico bahiano, Dr. Vital Rêgo, num leilão em Lisboa e vendido à Câmara Municipal da cidade do Salvador. Esta obra foi publicada pela primeira vez, no volume n.º 57, da "Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia", sem a inclusão das 17 páginas coloridas que o ilustram.

1). — CALDAS (José Antônio). *Notícia Geral de toda esta Capitania da Bahia, desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759*. Edição fac-similar, oficial, comemorativa do 4.º centenário da cidade do Salvador. Tipografia Beneditina, Ltda. Salvador. Bahia. 1951. Obra de luxo, com 742 páginas numeradas, fora o índice; com magníficas ilustrações coloridas, em número de 25, sendo 21 plantas, um mapa e 3 gravuras, das quais 2 são em branco e preto e uma (o braço de D. Marcos de Noronha, VII vice-rei do Brasil) em cores, estampada em papel setim. Tamanho: 32 cms. de altura por cms. de largura.

Descrevendo a Capitania na época, com seus dados geográficos, com esboços, esquemas, etc., a obra também descreve Salvador, como uma "cidade que se estende pela parte do poente na marinha, desde a Preguiça, até a Giquitaya, em hua rua continuada de soberbas casas com mais de oito mil pés Portuguezes de comprido. Esta se comunica para o alto da montanha buscando a Campanha para a parte do Nascente por dez ladeiras, em cujo sitio está eminente a dilatada cidade com capacisimas ruas, grandes edificios, templos e casas publicas.

Das portas de S. Bento até as do Carmo estão muitos edificios e Conventos. Tem duas prasas, a de Palacio com 26244 pés quadrados, na qual está fronteiro o Palacio onde rezidem os senhores vireys e na parte oposta, a Caza da Moeda, no lado direito a Casa da Camera e Cadeya e ao esquerdo a Caza da Relação; Esta prasa se comunica a toda a cidade por seis ruas; e a Prasa do Ferreiro que he um retangulo com 79.800 pés quadrados tem no seo principio a Igreja do Colegio dos Padres da Companhia, a fronteira dela a Capela dos Terceiros de São Domingos. Toda esta Prasa he cercada de muitos edificios, e se comunica a todos os bairros por sete ruas.

A grandeza da cidade não consiste no corpo dela, mas em 6 famosos bairros que circundão o seu ambito, a saber; o bairro de S. Bento que entre todoz he o maior e mais aprazivel sentado sobre hua planice com largas ruas, famosos Templos e aseiyadas cazas; o S. Antonio alem do Carmo, da Praya; do Desterro; e da Saude.

A Planta da Cidade que ofereso mostrará melhor a sua extensão e Capacidade; que sem embargo de que he copiada por hua antiga que a muitoz anos se tirou naqual mostra o dezenho das fortificasoens, que se projectavão para defenza da mesma Cidade e trincheiras que cercavão o seu ambito, o que hoje nada existe porque crescendo o negocio e extendendo-se a Cidade, se tem dilatado com muitos edificios e inteiras ruas de cazas tanto pela marinha para a parte do Poente como a do Nascente pela parte da Campanha, comtudo sempre dá bom conhecimento de cada huá das suas partes.

Quanto ao Prospeto que tambem ajunto mostra a fachada que fas a dita cidade pela parte da marinha não muito desviado dela; este Prospeto he o mais moderno, e o tirei em 24 de Junho de 1756 e antes deste me não tem vindo a noticia houvesse outro algum" (pgs. 4, 5 e 6).

Nesta descrição nota-se o cuidado minucioso do autor em narrar o aspecto da cidade, minúcia essa que acompanhou a realização de toda a obra.

Era a época do ouro. Salvador era um entreposto de abastecimento das Gerais, muito ouro ia para a Bahia, cuja posição já era importante como capital do açúcar e do fumo da região, o que

provocou a frase de José Antônio Caldas "Pontentíssima Capitania não a primeira pela antiguidade da sua povoaporem hoje he a primeira e principal pela grandeza da sua dignidade cabesa do Estado".

Esta posição de "cabesa do Estado" resultava da situação geográfica, do clima, etc., o que foi constatado por Caldas; porém, não foram citadas a agricultura canavieira e a indústria açucareira (das quais, a Bahia, com Salvador, foi uma das capitais), a exportação do fumo e mineração das Gerais, atividade extrativa que era mantida pelo abastecimento cujo mercado dos mais importantes era Salvador.

O fumo, o açúcar e o ouro foram os fatores que fizeram da Bahia a cabeça do Estado.

De acôrdo com o relato de Caldas, três Governos administravam a Capitania: O Eclesiástico, o Civil, ou Secular e o Militar. O primeiro, regulamentando "as couzas pertencentes a direção espiritual e bem das almas", compreendendo o Bispado Metropolitano, Conventos, Irmandades, etc. O segundo e o terceiro, o Governo Civil e o Militar prôpriamente ditos.

A seguir foi apresentado um resumo das Cidades e Vilas pertencentes à Capitania, guarnições, sucessão de Vice-reis e de governadores da Capital e de tôdas as demais cidades, relação das despesas com os militares, das fortalezas da Capital, com as respectivas plantas. Por fim, os gastos, os rendimentos, o patrimônio real, com as notícias das negociações e gêneros da Capitania, mapas, etc.

Em último lugar, José Antônio Caldas fêz uma descrição da Costa da Mina, desde o Rio dos Cestos, até o Cabo de Lopo Gonçalves, com a relação das despesas de transporte, conforme as suas "lutasoens", "gastos que faz o Diretor da Fortaleza de Ajudá, quando entra de novo e faz a sua primeira visita ao Rei, de cujas relasoens se adquire hua notícia universal que tudo discorre da pg. 427".

Em relação ao Governo Eclesiástico, José Antônio Caldas apresentou uma lista completa de todos os Bispos, das datas de fundação de todos os Conventos e Ordens religiosas, não deixando de falar na catequização dos índios da região, apresentando um mapa-gráfico geral de tôdas as Missões e Aldeias de gentio manso da Capitania da Bahia, com o número de habitantes, de almas catequisadas, etc., além de uma relação de tôdas as freguesias do Arcebispado, com o número de fogos e almas das referidas freguesias do litoral e do sertão (2). Apresentou também a "Relação de toda a despeza que se faz por ano com a Folha Eleziastica paga pela Provedoria da Fazenda Real desta Cidade". Eis algumas cifras citadas por Caldas, o que é de interêsse observar:

Ao Exm. ^o Snr. Arcebispo de ordenado por ano	2:400\$000
Para o Vigário Geral " " " "	100\$000
Para o Pregador " " " "	20\$000
Com a Catedral de Salvador os gastos atingiam p ano a cifra de	9:889\$000
As despesas totais c as Vigarias desta Capitania	8:677\$560
Despesas feita com as Comunidades e Missões	2:605\$200
<hr/>	<hr/>
Total de tôda a Despesa p ano	25:070\$760

(Não foi apresentada aqui a relação total de despesas, sômente algumas, a título de curiosidade).

A notícia do Governô Civil ou Secular (pg. 73) refere-se à administração da Justiça, arrecadação da Fazenda Real e governô econômico do Povo, estando dividido em três Comarcas e duas Capitânicas com quatro Corregedores Gerais e um Donatário.

Esta notícia traz listas completas de todos os officios exercidos no governô civil, em tôdas as vilas e comarcas da Capitânia, desde os mais até os menos graduados; traz também os nomes dos funcionários de maior categoria que ocuparam os respectivos postos, inclusive a data da posse do cargo. (Ministros, Ministros de capa e espada. Ouvidores Juizes de Fora, do Cível, do Crime, dos Orfãos, etc.). E' interessante citar algumas datas dessa "Notícia do Governo Civil". Por exemplo: o Tribunal da Provedoria da Fazenda Real foi criado em 1549, quando da chegada de Tomé de Souza. O Tribunal da Ouvidoria Geral do Cível e Crime foi instituido no mesmo ano. O Tribunal da Casa da Moeda, em 1694, para se fabricar dinheiro "das pesas de ouro e prata doz moradores, que então o não havia" (pg. 89); nesse mesmo ano foi criada

	Fogos	Almas
(2) — Freguesias na cidade da Bahia — 9	6.752	40.263
" no Recôncavo desta cidade — 22	8.315	62.833
" das vilas do sul — 13	3.782	24.982
" do "sertão de baixo" — 18	4.893	38.519
" do "sertão de cima" — 16	4.870	38.550
	<hr/>	<hr/>
T O T A L	28.612	205.142,

"número no qual não entram os menores de 7 anos, nem "pagaons: de meninos haverá para cima de vinte mil e hua infinidade de quaze de pagaons porque todoz oz anoz entrão nesta cide. para cima de trez mil escravos que vem dos portos da Guiné para o serviço doz moradores desta America... existem no Governo Ecclziastico desta Capitania para cima de seis centos clerigos entre os instituidos em ordens sacras e menores, e o numero pouco mais ou menos de Religiosos Religiosas e Sacerdotes fazem o computo de mais de duas mil pessoas que gozão do foro Ecclziastico"... etc. (pg. 65 a 71. O resultado da soma do número de almas está errada. O total é de 205.147 e não 205.142).

a Casa da Moeda, em Salvador, como em Pernambuco e no Rio de Janeiro. Fimda essa primeira fabricação, foi suprimida a "factura de moeda, porem aumentando-se o Estado, e abrindo-se as Minas do ouro, julgando ser conveniente a Caza da Moeda naz Conquistaz, ordenou a Mage. Fidelissima do Snr. D. João V, que se estabelecesse novamente a Caza da Moeda no ano de 1714 que actualmente esta laborando donde ha não pequeno rendimento a S. Mage. Estabelecida assim a dita Caza para conservação dela e sustentação doz privilegios doz Moedeiros se creou hum Juiz Conservador, Escrivão perante quem são demandados os ditos Moedeiros" (pg. 90).

O Tribunal da Mesa de Inspecção foi criado em 1751, por D. João V, também.

Um outro ponto interessante a ser notado é a Relação de tôda a despêsa feita pela Provedoria e Fazenda Real da Capitania da Bahia, "com os Filhos da Folha Secular": O "Ilustrissimo e Exm.º Snr. Conde Vi-Rey" recebia por ano a quantia de 4:800\$000, ou sejam, Cr\$ 400,00 por mês, enquanto o capitão de sua guarda recebia por ano a soma de 100\$000 (cr\$ 100,00). O Desembargador Intendente do ouro percebia anualmente 1:400\$000 (Cr\$ 1.400,00). A despesa com os officiais de Justiça atingia, também anualmente, 554\$000, com a Secretaria do Estado, 1:214\$000. A relação de tôda a despesa feito com os officiais da Provedoria da Fazenda e Contadoria e do Tesouro da Capitania da Bahia e dos Ilheus atingia 2:827\$000.

O Gôverno Militar cuidava das fortificações da Praça principal da Capitania: Salvador, e cuidava da guarnição dela. Na época em que Caldas reuniu todo o material para o seu trabalho, o general era D. Marcos de Noronha, Vice-Rei e Capitão General de Mar e Terra dêste Estado do Brasil. O primeiro governador da Capitania fôra D. Duarte da Costa (1553), o primeiro Vice-Rei, D. Luiz Jorge de Mascarenhas, marquez de Montalvão (1640).

O corpo de tropa (Infantaria) compunha-se de dois regimentos instituidos já em 1642 e completados em 1750, com 12 Companhias para cada Regimento, cada Companhia com 50 homens. com seus officiais: capitão, tenente, alferes e mais 2 sargentos, e 4 cabos de esquadra, além do coronel, do tenente coronel e do sargento mor com um ajudante.

Incorporado a estas fôrças havia um batalhão de artilharia, com 6 Companhias. Além dêstes dados, mais adiante vêm discriminadas e enumeradas as munições e apetrechos, as peças de ferro e de bronze, a explicação de tôdas as plantas das fortificações da Capitania.

A despesa feita pelo rei de Portugal anualmente com os "soldos, fardas e farinhas ou pão de munição das tropas de Infantaria, Artelharia, Auxiliares de dois regimentos, atingia 58:493\$184." (pgs. 331 e 338) (Um coronel ganhava mensalmente um soldo de

62\$666; cada cirurgião recebia por mês 10\$000. Cada soldado recebia de pão por mês \$360). A despesa anual da artilharia chegava a 7:925\$280.

Além dessas numerosas e detalhadas minúcias, José Antônio Caldas colocou em sua obra o "Rezumo" ou enumeração de tôdas as "Cidades e Vilas que pertencem a este Governo da Bahia", iniciando pela cidade do Salvador, abrangendo as Capitânicas de Porto Seguro e de Ilheus, e a "Sucessão dos Governadores da Cidade da Bahia de Todos os Santos, capital do Estado do Brasil", sendo o 1.º governador, Tomé de Souza, (1549); colocou também a "Reliasam dos governadores que teve a Capitania de Pernambuco antes da invasam do olandezes", os "Governadores Geraes do Brazil que rezidirão por algum tempo em Pernambuco", a "Relação dos Senhores Governadores de Pernambuco", a "Relação dos governadores que tem havido no Rio de Janeiro", a "Relazam dos governadores de Sam Paulo e Minas de sua repartisam" a "relasam dos Governadores da Prasa de Santos", etc. e "Relasam dos Governadores da Capitania da Paraiba", "de Minas Gerais, de Goias, de Minas do Cuyabá e Mato Grosso, da Nova Colonia do Sacramento" e até do "Reyno de Angola" (África).

E' interessante fornecer a relação apresentada por Caldas, em sua obra, das despesas feitas pelo Govêrno português, com a Capitania da Bahia:

	Anualmente
Despesa c a folha Eclesiástica	25:070\$760
" c a folha Secular ou Civil	38:573\$917
" Militar	86:589\$911
Despesas Incertas	69:855\$000
~~~~~	
TOTAL .....	220:089\$651 (Nesse total,

Caldas cometeu um ligeiro engano na soma, o resultado exato é: 220:089\$588).

Até agora vimos sômente a relação das despesas reais com a Capitania da Bahia; vejamos, em seguida, os lucros que a Corôa Real portugêsa auferia anualmente, de acôrdo com os dados de José Antônio Caldas, nesse ano de 1759, época de plena produção aurifera.

Cumprê dizer que as despesas feitas pela Capitania eram pagas com as suas próprias rendas, recebendo o rei de Portugal um saldo de 82:545\$151 réis, pg. 824), saldo êsse resultante dessas rendas, o que veremos mais adiante.

Observando-se a "Relação do Rendimento Anual de todos os Contratos desta Capitania da Bahia em cada ano", nota-se, entre outros:

Dizimos p  3 anos arrematados desde 1.º de agosto de 1754 rendendo por ano .....	63:200\$000
Dizima do tabaco e açúcar que vão para fora arrematados p  3 anos (desde de 16 de junho de 1754) ..	5:000\$000
Subsidio das caixas e rolos arrematados p  3 anos desde 23 de abril de 1754 .....	5:460\$000
3\$500 de entrada dos escravos na Alfândega arrematados p  3 anos desde 22 de maio de 1754 .....	7:320\$000
(Por ano, a entrada de escravos dava um lucro de 2:440\$000 em impostos).	
1\$000 para Ajudá p  cada escravo que entra na Alfândega arrematados p  3 anos, desde 4 de março de 1754 .....	3:200\$000
10\$000 de cada escravo que vai para as Minas, arrematados p  3 anos, de 1.º de junho de 1754 .....	2:500\$000
Vinhos, águas ardentes do Reino arrematados p  3 anos desde 1.º de março de 1754 .....	17:275\$000
Vinho e águas ardentes da terra arrematados p  3 anos desde 1.º de março de 1754 .....	6:650\$000
etc., etc., etc.	
<b>Total dos Contratos cada ano .....</b>	<b>226:921\$666</b>

Sua Magestade recebia uma parte de todo o lucro auferido pela Capitania. Eis a "Relação do que tem mais S. Mag. além do preço capital dos Contratos o *ordenado* seguinte dividido anualmente". (pg. 414):

Nos "dizimos de propina trienal para as muniçoens de guerra — 800\$000", recebia o rei p| ano, 266\$666.

Na "dizima do tabaco e asucar propina trienal — 40\$000 e sahe em cada ano 13\$333", para o rei.

No subsidio dos vinhos, aguas ardentes e azeites do Reyno propina se e sahe em cada ano 66\$666".

"No subsidio dos vinhos, aguas ardentes e azeites do Reyno propina se-anal 600\$000 e sahe em cada ano 100\$000".

"No das aguas ardentes e vinhos de mel da terra propina trienal 250\$000 e sahe em cada ano 83\$333".

"Dos proprios que tem pa. a pescaria das baleas, de que se paga anualmente 200\$000".

etc., etc., etc.

Como vimos, e como já foi dito, as rendas auferidas na Capitania custeavam as despesas da mesma. Sua Magestade portuguesa nada dispndia com êsse pedaço de terra brasileira e sômente recebia lucros.

A "dizima do tabaco e asucar e mais generos que se embarcão" cobriam os soldos da Infantaria: 5:000\$000; o "subsidio que pagão as caixas de asucar com rolos de tabaco" também pagavam os soldos da Infantaria: 5:460\$000; os 3\$500 de entrada dos es-

cravos na Alfândega eram dirigidos para os filhos da folha de S. Tomé e mais despesas da ilha (África, Costa da Guiné). Cada escravo pagava “des tustoens” para a fortaleza de Ajudá” (3). “para as despesas da dita Fortaleza e salario dos seus officaes”.

O impôsto de saída de escravos para as Minas sustentava as fortificações da Praça de Salvador: 4:800\$000, além dos armazens da “Ribeyra”: 4:800\$000 (pg. 420). A dizima da Alfândega fornecia também para os armazens da “Ribeyra”: feitorias de madeiras e naus de guarda-costa, 28:000\$000. Para as fortificações, . . . . . 12:000\$000, para a Infantaria, 4:000\$000.

O impôsto de entrada dos escravos nas Minas não tinha applicação.

A Casa da Moeda rendia anualmente para S. Magestade, fortes quantias:

“Pelo rendimento que tem a dita Caza nos direitos que pertencem a S. Mage., como se ve das contas dos thezoueiros as quaes calculadas e proporcionadas huns anos pelos outros vem a render a da. (dita) Caza por ano, 50:386\$000; total dos Contratos 226:921\$666; soma total dos mais rendimentos, 25:327\$136. Emporta tudo, 302:634\$802”, (total dos contratos e mais rendimentos), “rendimento anual que tem S. Magestade nesta Capital do qual se tirão os despezas que se fazem com a satisfação das folhas Ecclesiastica (25:070\$760), Secular (38:573\$947) e Militar (86:589\$944) e mais despezas incertas que se faz a conta segundo as applicaoens dos Contratos como se ve na pg. 360, 69:655\$000.) como se ve nas applicaoens dos Contratos” . . . . . “abatidas as despezas que se fazem com as Folhas Ecclesiastica, Secular e Militar e mais incertas cujo importe he de 220:089\$651 vem a ficar liquido em cada hum ano para Sua Magestade, 82:545\$151”.

Nessa ocasião, os principais gêneros de comércio da Capitania eram o tabaco e ainda o açúcar, embora a política protecionista da França e da Inglaterra, em relação às Antilhas, tivesse prejudicado a agricultura e a indústria açucareira brasileira. No entanto a produção e a exportação do açúcar se fazia, embora em menor escala, é verdade.

A sola, o couro crú e em cabelo, o pau-brasil e outras madei-

---

(3) — **Ajudá**, cidade importante da Africa, no fundo do gôlfo de Benin, na Costa da Mina, reino de Dahomé. O pôrto de Ajudá foi muito freqüentado pelos portuguezes, depois de ter sido descoberto por Pedro Escobar e João de Santarém, quando navegavam por conta de Fernão Gomes, o descobridor da Mina (mais tarde), a quem tinha sido arrendado o comércio da Guiné. A cidade de Ajudá tomou nome do reino independente a que pertencia e de que era capital. O forte portuguez de São João Batista de Ajudá achava-se estabelecido na antiga aldeia de Grejé, tendo à sua volta um núcleo de habitações.

**Forte de São João Batista** — Estabelecimento portuguez no território de Dahomé, que data do reinado de D. Pedro II. Fê-lo o capitão de São Tomé, Bernardim Freire de Andrade, em 1680. Era ao mesmo tempo, armazem de mercadorias e forte com guarnição militar e um governador a cujo cargo ficavam também os interesses nacionais da região. O rei de Dahomé tinha no estabelecimento portuguez um representante e recebia a tença anual de 400\$000. Os estrangeiros que negociavam em Ajudá, pagavam dízimos a Portugal, fazendo a feitoria grande comércio com a Metrópole e com o Brasil. (**Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira**; Vol. 1.º, Editorial Enciclopédia Limitada, Lisboa-Rio de Janeiro, pgs. 692, 693.)

ras vinham em seguida na escala da exportação. A importação carregava as frotas vindas da Europa, de “fazenda seca e molhada para o uzo e gasto dos habitantes” (pg. 425). Salvador era uma das fontes de abastecimento das Gerais, abastecimento em víveres e em outros artigos, desde que nas minas não se cuidava de outra coisa que não fôsse a mineração.

“Mineiros” eram os negociantes que levavam para as Gerais, “fazenda” e escravos, contribuindo para o desenvolvimento econômico da Capitania. Desta maneira o ouro afluía para a Bahia, o rei português recebia 10\$000 por escravo vendido e a Casa da Moeda funcionava cada vez mais, canalizando para Sua Magestade Fidelíssima e lucro anual dos rendimentos, os quais engrossavam as cifras da taxas cobradas sôbre todos os lucros da Capitania.

Falamos no declínio da produção açucáreira, vamos observar agora o fato. José Antônio Caldas apresentou às páginas 428 e seguintes da sua obra, a relação do rendimento do açúcar que “fizerão os Engenhos no ano de 1754 para o de 1755 pela relação do Contrato Real dos dizimos por onde se fez esta averiguasam”: Na Capitania da Bahia havia nesse início da segunda metade do século XVIII, 172 engenhos de açúcar, exceto alguns em construção, “e outros muitos que pela decadencia do comércio se achão arruinados” (pg. 438). Êstes engenhos rendiam por ano 357.316 arrobas de açúcar (ou seja 5.359.740 quilos, considerando a arroba com 15 quilos) que eram transportadas em caixas de 26, 40 e 45 arrobas. Saíam anualmente da Bahia, de 9 a 10 mil caixas de açúcar. Saindo 10 mil caixas de açúcar por ano, supondo que cada caixa contivesse 34 arrobas em média (média aproximada de 26,40 e 45 arrobas), multiplicando 10 mil por 34, obtem-se 340 mil arrobas por ano. Uma arroba em número redondos equívale a 15 quilos; 340 mil vêzes 15 é igual a 5.100.000 de quilos por ano. “Também carregão as . . . . . Frotas dous e tres mil feixos de asucar de pezo de tres ate des e quatorze arrobas levando tambem em suas cargas outras tantas “caras” de asucar com pezo de meia e huá arroba” (pg. 430).

Essa produção média de 340 mil arrobas por ano, ou . . . . . 5.100.000 quilos de açúcar era o resultado de uma produção decrescente. Observemos o que diz Roberto Simonsen (4): “Do quadro e gráficos que organizamos, tiram-se conclusões surpreendentes, em relação à economia brasileira. Apesar das considerações que justificam a alta produção no século XVII reduzimos nesses gráficos de 50% os maiores números indicados no quadro, limitando a 2.100.000 arrobas a máxima exportação”. Vieira já se referia a uma armada vinda do Brasil, com 40.000 caixas de açúcar. Diz ainda Simonsen (5): “. . . . . a produção no Brasil

(4) — Simonsen (Roberto), *História Econômica do Brasil*, t. I, pg. 174.

(5) — *Ibidem*, t. I, pg. 172.

era bem superior a um milhão de arrobas, pois que só a tal frota portuguesa transportava 1.400.000 proveniente da zona não ocupada pelo inimigo” (o holandês).

O quadro apresentado por Simonsen (6) indica uma exportação açucareira de:

180.000 arrobas em 1560-1570		
2.450.000	”	
2.600.000	”	} em 1600
2.600.000	”	
4.000.000	”	em 1610
4.200.000	”	em 1650
4.000.000	”	em 1670
2.500.000	”	em 1760

Forém, de um modo geral, sômente a metade dessa produção deveria caber à Capitania da Bahia; pode-se calcular, de um golpe de vista, o decréscimo da produção bahiana, apesar da produção ser compreendida na metade dos números citados e apesar da insuficiência de dados estatísticos sôbre o valor real da produção e exportação nos séculos XVI, XVII e XVIII. Neste último século continuava o êxodo de populações, de capitais e de escravos, para as Minas Gerais, a tal ponto que, “Afim de evitar que diminuíssem os escravos dos engenhos, com dano para êstes, impôs o tributo de 4\$500 para cada um que fôsse despachado para as minas” (7).

A grande baixa dos preços do açúcar coincidiu com o início da mineração — já em fins do século XVII —, foi o que salvou Portugal e o Brasil. Porém, não foi a mineração a causadora da crise açucareira, sim a política colonial de Cromwell e de Colbert (meados do século XVII), cujos efeitos atingiram até o século XVIII, época em que José Antônio Caldas apresentou a sua “Notícia Geral da Capitania da Bahia”. O açúcar que fôra a principal base econômica do Brasil e de Portugal, cedeu ao ouro o seu primeiro lugar de produto líder nessa época colonial.

Sômente em fins do século XVIII e no século XIX, com a Revolução Industrial, aumentou enormemente o consumo do açúcar.

Mas, voltemos a José Antônio Caldas.

(6) — *Ibidem*, t. I, pg. 170.

(7) — *Ibidem*, t. II pg. 207.

O segundo gênero de importância no comércio da Capitania da Bahia era o tabaco que anualmente entrava na "Casa de Arrecadação", numa quantidade superior a 30 mil rolos, pesando cada rolo, de 12 a 14 arrobas cada um, "alem de muitos paos e mangotes que pasão do numero de mil e novamente se fazem muitos fardos e manojos de tabaco em folha, que tudo carregão as ditas Frotas..." "... outros muitos generos como são solas e atanados (couro curtido) que se vem nesta Cidade e sua Capitania muitas fabricas dele e inumeraveis cortumes ..... para sima de 86.000 meios de sola e mais 3.500 atanados e muito mais de 5.000 couros em cabelo com muitas duzias de conçoadeiras, taboado, vigas, tóros de jacarandá, páu-brasil, sebastião arruda (madeira de muita estimação pela sua duração e cõr vermelha engraçada), e muitos outros generos (8) sahem deste porto, todos os anos para a Costa da Mina, para sima de vinte e quatro embarcaçoens carregadas com mais de oitenta mil rolos com peso de duas e três arrobas cada hum, abundancia de ancoretas e agoa ardente que se fabrica na terra a conduzirem escravos de que se servem os moradores de toda esta America de cujo comercio redunda grande interesse aos homens de negocio e a S. Mage.", etc. (pg. 419).

"Deste porto para o Reino de Angola sahem todos os anos para sima de doze embarcaçoens carregadas de fazenda da India e Europa agoas ardentes da terra e outros generos a buscar escravos e cêra para o serviço e gasto desta America" (pg. 421).

Quer dizer que as mercadorias que vinham de Portugal para o Brasil, para Salvador abastecer as Minas e a própria Capitania da Bahia, às vêzes excediam o consumo e o que sobrava era transportado em direção à África, juntamente com produtos da Capitania, como por exemplo, a água ardente; êste gênero rendia, anualmente para Sua Magestade, mais de 8 mil cruzados (Cr\$ 3.200,00).

Na relação de tôdas as "Cazas de Lambiques que existem" sòmente "nesta cidade e nas vilas do seu Reconcavo ñas quaes se estilão agoas ardentes" (pg. 445), José Antônio Caldas contou 71 destilarias.

No "Mapa Geral da carga que levarão os Navios de que se compos a Frota da Bahia que na monção de 19 de Novembro do ano de 1757 foram comboiados pela Capitania N. Sra. das Brotas de que era comandante Antonio de Brito Freire" estão assinaladas as seguintes cifras de dinheiro e ouro que foram encaminhados para Portugal; para Sua Magestade Fidelissima foram dirigidos 49:007\$496 e 6.475 oitavas de ouro em pó mais 12 grãos, ou seja, 23 quilos e 10 gramas de ouro em pó e mais algumas "miga-

---

(S) — Mel de engenho, farinha da terra, milheiros de coquilho, "axas" de lenha, barris de azeite de peixe, madeiras: vinhático, tapinhoá, masaranduba, toros de piquiá, madeira "digna de estimação pela sua solidês e cor: amarela." (pg. 422), etc.,

lhas" do metal precioso, os 12 grãos; para particulares, foram remetidos 675:053\$599, em dinheiro sonante "e em barras para os mesmos, que, reduzidas a dinheiro, 12:411\$189, com 259 marcos, 7 onças e 4 oitavas de prata e 5088 pezos e 1|2 da mesma" (Mapa da pg. 442).

O "Mapa da Carga que leva a Nao por invocassam N. Snra. das Neves e S. Ana de q. he capm. Thomas de Santiago aq. vai de Lic.^a deste porto pa. o da Cide. de Lxa. (deve ser Lisboa) e leva em dr. (deve ser dinheiro) 58:329\$300 e 6.000 pezos de prata, pertence. a particulares", "Bahia, 18 de Maio de 1757" (pg. 443).

E' bastante interessante observar êsses dados de sòmente dois navios, para se poder imaginar o quanto o Brasil forneceu para Portugal, para o rei e para os particulares de Lisboa (a burguezia da época) os quais muito usufruíram com o abastecimento das Gerais.

Uma série de "Mapas" das despesas, dos orçamentos, dos rendimentos anuais, das Comarcas da Capitania, das Guarnições, dos Regimentos completa a "*Noticia Geral de Toda esta Capitania da Bahia, desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759*".

Finda a referência à esta Capitania, outros escritos de Caldas foram enxertados por êle mesmo, na "Noticia Geral, etc.", notícias várias que poderiam compôr um outro livro: a descrição completa da Costa da Mina (África), a rota a ser seguida da Bahia para a África, com advertências em relação à época, marés, variações da agulha magnética, relação de despesas de transporte e nos portos, notícias de diversas localidades costeiras, africanas e brasileiras, notícia da Capitania do Espirito Santo, etc.; tratados de limites entre Espanha e Portugal, desde a célebre bula de Alexandre VI, tratados de Paz entre as duas nações, de Paz e Comércio entre a Grã-Bretanha e Portugal.

* * *

Aqui ficou uma rapidíssima síntese da magnífica edição dos escritos de José Antônio Caldas. Nota-se através dela, que a "Noticia Geral de Toda esta Capitania etc.", é um relatório, um grande relatório informativo, com aparência de cadastro.

Nos tempos coloniais era proibido pelo governo português, que viessem à luz, notas informativas sôbre o comércio, lucros auferidos por Portugal, etc.; por esta razão, já fôra apreendida e destruída a obra de Antonil. A experiência francesa e a holandesa bastaram para que Portugal zelasse com ciúmes pela terra do açúcar e do ouro, sustentáculo da sua economia. A obra de José Antônio Caldas sòmente agora foi publicada pela Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, volume número 57 e pelo Governo Municipal de Salvador, em edição de luxo, comemorativa do 4.º centenário da cidade (1549-1949).

E' "A Noticia Geral desta Capitania, etc.", dedicada ao Conde dos Arcos (9), uma obra descritiva, uma obra de informação, é um relatório, um rico documentário, uma obra de referência e de consulta; os vários textos que foram transcritos nesta resenha, servem para demonstrar o caráter informativo adotado por Caldas, textos êsses que, além de serem os mais interessantes, também informam sôbre a linguagem, a escrita e o estilo da época.

O que há de mais notável neste conjunto de documentos são as plantas, plantas da fachada de Salvador, dos seus cais (do Sodré, da Cana, da Misericórdia, da Farinha, etc), do Recôncavo e dos fortes da Capitania. São magníficos desenhos, elaborados com muito carinho e com muito gôsto, o que contribuiu bastante para o enriquecimento desta luxuosa edição.

A "*Noticia Geral de Toda esta Capitania da Bahia, desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759*" é, portanto, uma coleção de documentos, de grande importância para a História da Civilização Brasileira no período colonial.

E' nosso desejo que esta obra informativa tão bem apresentada, possa elucidar e auxiliar grande número de estudiosos e que figure nas listas bibliográficas de trabalhos de História do Brasil que se relacionem a ela.

Aqui deixamos, em algumas linhas, uma ligeira apreciação sôbre o que achamos da obra estudada. Cumpre dizer que não há muito, ou melhor, quase nada há para ser criticado, desde que a "Noticia Geral de toda esta Capitania da Bahia" é uma apresentação de documentos informativos. Iríamos criticar documentos? Sômente se tivéssemos a certeza de que não fôsem verdadeiros. No entanto, pensamos que muita coisa, talvez não tenha sido publicada por Caldas. Seria necessário, entretanto, ir aos arquivos de Lisboa ou de Salvador, para se ter a certeza do que foi publicado e do que deixou de o ser. Por isto, em vez de uma grande apreciação, de uma crítica, etc., preferimos nos limitar a sintetizar o mais possível o livro e dar a esta resenha um caráter informativo, sôbre o que é e o que contém a obra de José Antônio Caldas.

### MYRIAM ELLIS

Assistente da Cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

---

(9) — D. Marcos de Noronha, Conde dos Arcos, VII Vice-Rei do Brasil. Tomou posse de Governador, em 24|12|1755. "Descendente direto de D. Isabel (filha bastarda de D. Fernando I de Portugal) e de D. Afonso (filho bastardo de rei D. Henrique II de Castela). "E' de se notar o orgulho com que se ufanavam os descendente dos ramos bastardos das casas reais a tal ponto que José Antônio Caldas colocou êstes dizeres que citamos entre aspas, sob o braço de D. Marcos de Noronha.